

DEMOCRACIAS, GOLPES E REVOLUÇÕES: CONEXÕES HISTÓRICAS

XVIII COLÓQUIO DE HISTÓRIA,
VIII COLÓQUIO DO PPGH



“E CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ”: A ANÁLISE DOS DISCURSOS RELIGIOSOS-POLÍTICOS CRISTÃOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior¹

João Victor de Oliveira Estevam²

Resumo: No Brasil contemporâneo é possível verificar a existência de vários grupos políticos conservadores, como a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), mais conhecidos como bancada evangélica, e outros, formados por deputados católicos, ligados a vários movimentos carismáticos, que são pautados pelo forte discurso político-religioso, os quais se baseiam na defesa da família, contrários ao aborto e as pautas de gênero. Alinhados a uma ideologia reacionária, os políticos participantes da FPE e os deputados católicos se apresentam, diante das pautas apontadas como progressistas, como arautos e defensores da moral cristã. Diante disso, os referidos grupos desenvolveram mecanismos para alcançar as massas de fiéis católicos e evangélicos, com a presença de parlamentares em cultos e missas, utilizando, também, as redes sociais e o medo como ferramenta de disciplina. Portanto, este artigo pretende analisar os discursos e os meios para a popularização das narrativas político-religiosas dos grupos destacados.

Palavras-chaves: Religião; Política; Brasil

¹ Mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco. (UNICAP). Licenciado em História pela UNICAP. Email: romeliojunior18@gmail.com

² Mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco. (UNICAP). Licenciado em História pela UNICAP. Email: joaoviictor65@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, dentro dos seus objetivos, busca responder: como é constatado o cenário político-religioso cristão do Brasil contemporâneo? Na tentativa de elucidar este questionamento, dividimos a nossa introdução da seguinte maneira. 1) A diferença entre uma Bancada e uma Frente Parlamentar; 2) O surgimento da bancada evangélica; 3) O surgimento da bancada católica.

No Brasil contemporâneo é comum, nas últimas décadas, assistirmos a ascensão da polarização política e de grupos da direita e da extrema-direita na sociedade brasileira. Há inúmeros trabalhos publicados que tratam das consequências sociais dos avanços dos grupos supracitados. Assim, este artigo visa viabilizar este importante conhecimento com uma temática da ordem do dia e do interesse dos cidadãos brasileiros. Infelizmente, devido à intensa polarização, os grupos políticos são tratados de forma linear e muitos pensam que atuam de maneira homogênea dentro do parlamento. Contudo, dentro da nossa pesquisa, verificamos que a história e a política não acontecem de forma linear e muito menos homogênea dentro dos grupos religiosos citados.

1.1. Distinção entre Bancada e Parlamento.

Consideramos fundamental compreender a diferença entre uma bancada e uma frente parlamentar. Entender suas formas de atuação, propostas e diferenças ajuda-nos a saber os limites e possibilidades nas operações sociais do parlamento. Uma Bancada é grupo suprapartidário; ou seja, reúne parlamentares dos mais variados partidos, que se organizam de maneira informal, havendo interesses particulares sobre determinado interesse social.

Há bancadas na atual legislatura, como: agronegócio, feminina, segurança pública, dos direitos humanos, da educação, evangélica, católica etc. As bancadas começaram a surgir em 1988, sendo institucionalizada em 2005. Salientamos que, como grupos suprapartidários, há deputados das mais variadas vertentes ideológicas; logo, afirmar que são grupos homogêneos em sua maneira de atuação, é desconhecer os modos operantes. Há, na atual legislatura, 16 deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) pertencentes à bancada evangélica. Ademais, é extremamente comum encontrar parlamentares que atuam em comum em diversas bancadas dentro do Parlamento Brasileiro.

As frentes Parlamentares, de acordo com o site oficial da Câmara dos deputados consiste:

Frentes Parlamentares são associações de parlamentares de vários partidos para debater sobre determinado tema de interesse da sociedade. O registro na Câmara dos Deputados é solicitado por meio de requerimento assinado por pelo menos um terço dos parlamentares do Congresso (198 deputados e senadores). É preciso ainda apresentar a ata de fundação e constituição e o estatuto da frente parlamentar, além de indicar o nome da frente e do deputado representante, responsável pelas informações prestadas à Mesa Diretora da Câmara. (Portal da Câmara dos Deputados).

As frentes Parlamentares foram autorizadas a existir de maneira institucional, mediante o Ato. N° 69/2005, Mesa Diretora que, tinha como princípio, o objetivo de controlar os usos do Plenário e organizar os interesses dos grupos partidários. De acordo com o supracitado site é responsabilidade e seu funcionamento acontece mediante:

Destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”. Para serem registradas, elas devem ter a adesão de pelo menos um terço dos integrantes do Poder Legislativo federal, ser destinadas a aprimorar a legislação referente a um tema específico e ter um representante oficial. (Câmara dos Deputados).

Ou seja, há muitas semelhanças entre as Bancadas e as Frentes Parlamentares, contudo, suas diferenças são visualizadas mediante a maneira de atuação dentro do parlamento. Por um lado, as Bancadas foram criadas em 1986, como forma de sistematizar interesses de grupos e deputados de vários partidos, e, por outro lado, as frentes Parlamentares atuam de maneira institucional mediante a organização dos partidos.

1.2. Frente Parlamentar Evangélica (FPE)

O período Pós-Ditadura Militar e o início dos anos 2000 foi marcado pela crescente da população evangélica e a inserção de figuras, deste segmento religioso, no campo político (Reis, *et al.*, 2023). Os discursos religiosos dos evangélicos ganham força no Congresso Nacional através da argumentação que a igreja, o plano evangelizar de Deus e a família estão sob ameaça, ocorrendo a instrumentalização da fé para fins eleitorais. Assim, em meados da década de 1980, os evangélicos rejeitam a narrativa “crente não se mete em política” e promovem o lema “irmão vota em irmão”, com a finalidade de articular pautas morais que envolvem a família e as questões de gênero (Spyer, 2020).

De início, com o surgimento da bancada evangélica em 1987, os parlamentares tinham por objetivo a promoção da moralidade cristã, alvarás aos templos, vantagens tributárias e concessões de rádio (Guadalupe; Carranza, 2020). É relevante salientar que a narrativa moral de comportamento sempre esteve presente nos discursos dos evangélicos na

política, de uma forma foi possível a organização de uma direita cristã³. O que em 2005, é constituída a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE), que, ao apresentar o requerimento nº. 1346/2023, para a 57ª Legislatura, afirmou no Parágrafo único, Art. 2º⁴, a finalidade da FPE:

I) Promover a defesa e articulação política das bandeiras evangélicas junto ao Congresso Nacional; II) Promover junto à bancada que a representa seminários, mesas redondas, audiências públicas, debates, estudos, discussões sobre os temas de relevância para o segmento evangélico junto a sociedade e governo; III) Acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução para o seu segmento de representação; IV) Promover o intercâmbio com entidades que desempenham atividades semelhantes e correlatas de parlamentos estaduais, municipais no âmbito brasileiro, e, também, de outras nações, grupos de países e blocos de representação internacional no intuito de aperfeiçoar respectivas ações políticas e sua forma de atuação; V) Desenvolver, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes; VI) Atuar junto ao processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, e atuação no Plenário da Câmara do Senador, e do Congresso Nacional segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra (Câmara, 2023, p. 2).

Com a formação da Frente, em 2005, diversas figuras públicas fizeram e fazem parte deste grupo no Congresso Nacional. Pode-se destacar Eduardo Cunha (MDB-RJ), Magno Malta (PL-ES), Marco Feliciano (PL-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Nikolas Ferreira (PL-MG) etc. O atual presidente é o deputado federal Eli Borges (PL-TO). O pastor da Assembleia de Deus assumiu a FPE em abril de 2024 e a Frente, no requerimento na 57ª legislatura, obteve em torno de 246 assinaturas, divididas entre 220 deputados federais e 26 senadores. É fundamental pontuar que, destas assinaturas, 64 deputados se identificam como evangélicos, 73 como católicos, 52 se declaram cristãos e 31 deputados se identificam ou não a outra religião ou não foi possível identificar a sua pertença religiosa.

³ “A outra frente em que evangélicos se empenham é a consolidação da direita cristã – entendida como resposta religiosa norte-americana às mudanças culturais trazidas pelo feminismo, ensino sexual, humanismo secular dos anos 60 que, na perspectiva dos cristãos conservadores, dissolveram os costumes e valores sociais. [...] No Brasil, essa direita cristã, com atuação desde a constituinte 1988, ecoa as consignas norte-americanas e, mais recentemente, apoia medidas econômicas de corte neoliberal, as pautas das corporações militares e de segurança pública” (Guadalupe; Carranza, 2020, p. 179). “A direita hoje torna-se uma ‘nova direita’ justamente por injetar no conservadorismo socioeconômico revigorada ênfase nas teses conservadoras ou restauracionistas em matéria sexual. Sexo e família entrelaçam-se no miolo de seu discurso bíblico-fundamentalista para tecer de novo o discurso das direitas não-religiosas, para reorientar as direitas no sentido de um revalorizado conservadorismo cultural e comportamental, de um conservadorismo social no plano das maneiras, dos estilos de vida, complementando seu conservadorismo econômico e seu anticomunismo com uma diferente concepção dos inimigos a combater e um elenco diferente das ‘questões que realmente importam’, que realmente representam ‘a vontade do povo’, as preocupações vitais da ‘maioria’ (Pierucci; Prandi, 1996, p. 178).

⁴ Em cumprimento aos termos do inciso I, do art. 54, do Código Civil Brasileiro.

À vista disso, por conta, principalmente, do advento do bolsonarismo, é possível observar a crescente consolidação da direita cristã, através de um maior número de deputados federais nas últimas eleições, em 2022⁵, e da Frente Parlamentar Evangélica, com expressiva quantidade de assinaturas, como destacado acima, no requerimento postulado no ano de 2023, para a 57ª Legislatura.

1.3. Frente Parlamentar Católica

A Igreja Católica, por sua vez, enquanto instituição, declara-se apartidária, ou seja, não está vinculada a nenhum partido político. Isso não significa que ela não esteja envolvida no cenário político-social do Brasil. Ao longo da história do país, a Igreja sempre esteve envolvida nas questões políticas, inclusive com muitos dos seus membros, sendo fiéis ativos. Tal empreitada da Igreja Católica rendeu-lhe grandes privilégios em torno da sociedade Brasileira, inclusive com os salários dos presbíteros, que eram pagos pelo Estado brasileiro na época do Império.

No final do século XIX, a Igreja foi contra a separação oficial do Estado, considerando uma perda para a nação brasileira e o Episcopado buscava, por cartas pastorais, expressarem sua insatisfação diante daquela nova realidade. “A insatisfação do episcopado no que diz respeito à separação Igreja e Estado ecoa em todo o Brasil, pois reunidos em 1900, os bispos definem como desgraça da nação brasileira e apóstatas, as leis promulgadas pela constituição de 1891” (JUNIOR, 2015, p. 80).

Buscamos apresentar o contexto do final do século XIX e início do século XX para evidenciar a participação política da Igreja Católica em torno da realidade brasileira. No cenário contemporâneo, especificamente no final do século XX, muitos leigos católicos, ligados aos movimentos carismáticos, ingressaram na esfera política, a fim de defender os princípios católicos na sociedade brasileira:

De acordo com Carranza (2000), a participação da RCC no cenário político se deu principalmente pela participação partidária. O primeiro parlamentar eleito como Deputado Federal (pelo Estado de Minas Gerais), no início da década de 1990, foi Osmânio Pereira (PSDB/MG), então coordenador nacional do movimento. Em Campinas, foi eleito Salvador Zimbaldi (nesse período, no PSDB/SP) – pregador e coordenador da RCC local, apoiado pelo padre Eduardo (dono da emissora de TV Século XXI) – como vereador, em

⁵ “Se a legislatura que se encerra foi reconhecida como fortemente conservadora no tocante à composição da Câmara Federal, o quadro entre os deputados eleitos com identidade religiosa não revela mudança. Predomina neste grupo uma tendência política de direita, o bloco de confissão cristã que é maioria” (Reis, *et al.*, 2023).

1988 e 1994, e Deputado Federal nas eleições seguintes (Fábio Py; Vinicius Reis, 2015, p.154-155).

Nas décadas seguintes foram eleitos inúmeros candidatos ligados ao movimento carismático, reforçando o ideal de uma igreja mais conservadora, apoiada pelo Papa João Paulo II, desde a sua eleição em 1987. Esse reforço conservador também aconteceu pela nomeação de bispos com tendências conservadoras.

Inicialmente, é necessário compreender que, mesmo a igreja não apoiando nenhum partido de maneira aberta, ela age para que seus membros ativos possam ter sucesso em seus pleitos e informa, por meio de seu catecismo, os critérios necessários para os católicos envolverem de forma ativa na política:

Através do cumprimento dos comuns deveres civis, “guiados pela consciência cristã” e em conformidade com os valores com ela congruentes, os fiéis leigos desempenham também a função que lhes é própria de animar cristãmente a ordem temporal, no respeito da natureza e da legítima autonomia da mesma, e cooperando com os outros cidadãos, segundo a sua competência específica e sob a própria responsabilidade. É consequência deste ensinamento fundamental do Concílio Vaticano II que “os fiéis leigos não podem de maneira nenhuma abdicar de participar na ‘política’, ou seja, na múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover de forma orgânica e institucional o bem comum”, que compreende a promoção e defesa de bens, como são a ordem pública e a paz, a liberdade e a igualdade, o respeito da vida humana e do ambiente, a justiça, a solidariedade etc. (Nota da Congregação para Doutrina da Fé, 2002).

Por meio da nota, é visível a preocupação da Igreja em relação à política partidária dos católicos e como eles devem agir em sociedade, baseado nos princípios que a instituição abraça como modelo de vida.

Neste cenário, no século XXI, nos últimos dois anos leigos católicos, com apoio da Conferência Episcopal do Brasil, CNBB, fundaram a Frente Parlamentar católica na Câmara dos Deputados (2023) e no Senado (2024), respectivamente. Na câmara há 196 membros dos mais variados partidos, no Senado há 12 membros. Dentro dos objetivos da criação no senado consta:

O Senado Federal resolve: Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana, com a finalidade de: I - defender os princípios éticos, morais e doutrinários preconizados pela Igreja Católica Apostólica Romana; II - acompanhar os projetos de interesse da Frente Parlamentar no âmbito do Congresso Nacional; III - assessorar Senadoras e Senadores na elaboração e votação de projetos que comunguem das finalidades da Frente Parlamentar. Parágrafo único. A Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação. Art. 2º A Frente Parlamentar Católica Apostólica

Romana será integrada pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo aderir a ela outros membros do Congresso Nacional. Art. 3º A Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor. Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (Senado Federal, 2024)

É interessante notar que, mesmo presente no regimento interno da Frente Parlamentar católica, defender os interesses da Igreja Católica no Senado Federal, muitos parlamentares criticam severamente alguns clérigos e a CNBB, com narrativas em que dentro da instituição está contaminada pelas pautas de esquerda e do comunismo; ou seja, muitos dos deputados que utilizam do palanque católico para se elegerem, em sua grande porcentagem, defendem princípios conservadores da Teologia Católica. Ressaltamos que, mesmo sendo uma única instituição eclesial, não há um catolicismo no singular da palavra, há várias formas de pensar, várias correntes teológicas e maneiras de ser católico, ou seja, há vários catolicismos na sociedade republicana.

2. DIVERGÊNCIAS RELIGIOSAS ENTRE CATÓLICOS E EVANGÉLICOS

É inegável que entre católicos e evangélicos há diferenças históricas, pastorais, dogmáticas e teológicas em torno da fé e visões de mundo. No entanto, nesta pequena parte ressaltamos que, tais diferenças em muitos pontos também são encontradas na política brasileira. Durante muito tempo fora atribuído o sucesso econômico dos Estados Unidos ao processo colonizador, ou seja, colônias de povoamento e protestantes que acreditam que o dinheiro pode ser a benção de Deus. Contudo, as diferenças mais claras no cenário republicano verificam-se por meio das visões teológicas dos grupos.

É importante salientar que, mesmo dentro de um grupo específico não há uniformidade dentro dele, há divergências que, muitas vezes, são veladas ou apagadas em nome de uma uniformidade ou unidade pastoral. Duas visões antagônicas que estão/estiveram presentes é a teologia da Libertação e a teologia da prosperidade. A Primeira foi muito forte entre os católicos até a década de 1990, quando o Papa João Paulo II impôs o silêncio forçado entre muitos bispos, padres e freiras, inclusive a Leonardo Boff, D. Helder Camara e Ivone Gebara, como medidas protocolares por serem considerados progressistas.

Eis uma clara diferença, também, o envolvimento entre questões sociais que foram muito comuns na ala progressista católica até a supracitada década. Além disso, destacamos que, durante muito tempo, especialmente na Idade Média, a Igreja Católica considerou a questão econômica não como um ponto positivo, mas negativo, afinal era necessário seguir Cristo “pobre, casto e obediente”.

Do lado evangélico, não é coerente defini-los, simplesmente, de conservadores e ultrapassados, seria uma atitude antiética de nossa parte. Dentro dos evangélicos também há muitos preocupados com questões sociais de relevância nacional. Contudo, nos últimos tempos, é importante ressaltar que há muita desinformação nas plataformas digitais propagadas por católicos e evangélicos.

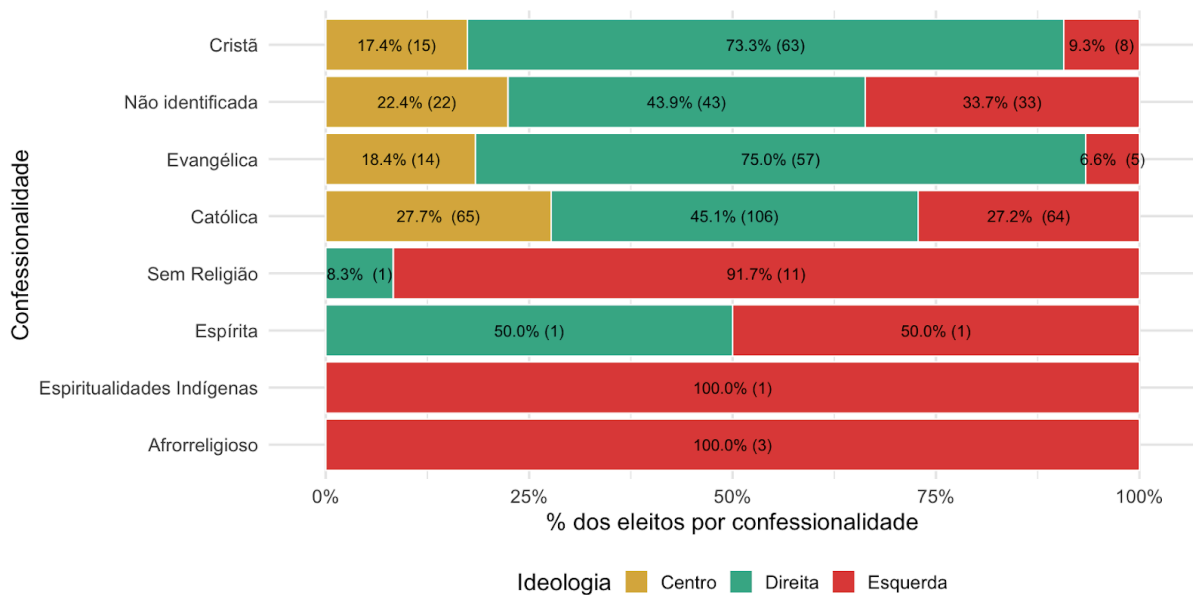
3. APROXIMAÇÃO ENTRE CATÓLICOS E EVANGÉLICOS EM BRASÍLIA

Católicos e evangélicos se aproximaram, entre o fim do século XX e início do século XXI, com o objetivo de, na política brasileira, afirmar seus interesses morais cristãos (Cunha; Paula, 2023). Desta maneira, apesar das discordâncias teológicas, confessionais e litúrgicas, a ala conservadora destas duas correntes do cristianismo, através da política, postulou pontos de concordâncias. Assim, a direita cristã se desenvolve e se firma na política brasileira. Esta narrativa promove o favorecimento de outros grupos no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, como os empresários, o agronegócio, os banqueiros etc.

3.1. A formação da Direita Cristã

As eleições de 2022 demonstraram como a direita cristã, cada vez mais, ganha força na Câmara dos Deputados, em Brasília. É possível identificar, através de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), a confessionalidade das deputadas e dos deputados eleitos para a 57ª Legislatura (figura 01), com uma marcação expressiva de cristãos, não identificados, evangélicos e católicos que se declaram de direita. Por outro lado, os grupos sem religião, espiritualidades indígenas e religiões de matriz africana são maioria na identificação com a ideologia da esquerda.

Figura 01 – Ideologia por confessionalidade das deputadas e deputados eleitos - 57ª
Legislatura (2023-2027)



Fonte: ISER, 2022

De acordo com o ISER, três partidos, em 2022, destacaram-se quanto a possuírem uma maior quantidade de deputados com identidade religiosa confessional. São eles, o Partido Liberal (PL), o União Brasil (UNIÃO) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em relação aos católicos e evangélicos, podemos pontuar que o “partido onde deputados evangélicos estão mais concentrados é o PL (22), seguido do Republicanos (17) e do União (10). Os católicos, estão mais concentrados no PT (37), no PL (34), no PSD (28), no União (26), no PP (26) e no MDB (24)” (ISER, 2022).

Como foi apontado, o surgimento do bolsonarismo foi fundamental para alicerçar, ainda mais, a direita religiosa (cristãos, evangélicos e católicos). Diante disso, ao criar uma rivalidade com o Partido dos Trabalhadores (PT), é relevante reforçar que o Partido Liberal (PL), do ex-presidente Jair Bolsonaro, conseguiu um número expressivo, entre evangélicos e católicos, de cadeiras na Câmara dos Deputados. Essa disputa fortaleceu o discurso ‘eles contra nós’ (Schwarcz, 2019), sempre presente na política brasileira, mas que, no governo Bolsonaro e nas últimas eleições (2018 e 2022), trouxe à tona a normalização, com o apoio de narrativas religiosas e uso das mídias sociais, dos discursos violentos da direita (Guadalupe; Carranza, 2020).

Sendo um personagem importante para a direita cristã, Bolsonaro se tornou um símbolo na difusão de uma narrativa político-religiosa entre católicos e evangélicos. Assim,

com um discurso populista de “o povo contra a elite⁶”, todos que não estão de acordo com a política da direita-cristã é visto como inimigo, pois não pode ser qualificado como cidadão de bem (Vargas *et al.*, 2018).

3.2. A cristofobia

Um dos argumentos recorrentes na fala de deputados federais, da direita cristã, é a cristofobia. De acordo com a ala conservadora religiosa, ingressar no campo político seria uma forma de combater o que consideram perseguição aos cristãos. Assim, na retórica parlamentar, pode-se relatar que:

O sintagma cristofobia se intensificou e consolidou uma narrativa de perseguição e ameaça centrada no ataque aos cristãos (católicos e evangélicos), que estariam sendo vilipendiados por sua fé, moralidade e crenças religiosas. Essa perseguição se materializaria com um conteúdo concreto de degradação moral da sociedade brasileira ao serem naturalizadas e legalizadas relações homossexuais, incorporadas as questões de gênero e orientação sexual nas diretrizes curriculares no Programa Nacional de Educação (PNE/2014-2024) e ao se tornarem pauta de discussão a agenda pró-direitos sexuais. Tal perseguição cristã, na narrativa parlamentar, teria inimigos identificáveis: as comunidades LGBTQIAP+ e o movimento feminista (Reis. *et al.*, 2023, p. 183).

Em entrevista ao Metrôpoles, a fala do atual líder da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), Eli Borges (PL-TO), ratifica o trecho acima:

A gente está vivendo um tempo no Brasil muito perigoso, que eu chamo de igreja-fobia, bibliofobia. E agora parece que estão criando a figura do sacerdotefobia. É horrível isso, porque são pessoas que estão aparelhadas com as políticas públicas do governo federal. [...] Defesa da família nos moldes judaico patriarcal, que é o modelo da biologia, da ciência, para defendermos a liberdade e no contexto da democracia, especialmente a religiosa, respeitando todas as religiões. (Aquino; Borges, 2024).

⁶ “[...] aqui o antagonismo entre pobres e ricos. A elite que Bolsonaro se propõe combater é essencialmente a administrativa, a cívica e a intelectual. Não existe nenhuma oposição às burguesias financeira, industrial, eclesiástica ou agrícola. [...] O pânico moral é alimentado por uma suposta ‘ideologia de gênero’, que seria promovida para destruir a família brasileira. [...] Alguns teóricos políticos têm associado o populismo a uma forma de teologia política - no caso, à disputa moralista entre o bem e o mal, entre deus e o diabo. [...] No discurso de Bolsonaro, encontramos apelos à ideia messiânica de que um milagre o havia salvado da morte por esfaqueamento para derrotar a esquerda, apresentada como uma força anticristã a ser aniquilada” (Barros; Lago, 2022, p. 103-106).

Com a finalidade de justificar⁷ a rejeição e violência política contra determinados grupos, os religiosos cristãos, na Câmara dos Deputados, promovem um discurso que representa uma perseguição à fé cristã, utilizando-se de termos como “igrejafofia”, “bibliofobia” e “sacerdotefofia”. Ou seja, cristãos estariam sofrendo uma ameaça, respectivamente, quanto à realização de cultos em templos, ataque à bíblia e a lideranças religiosas (padres, pastores, bispos etc.). Todavia, é preciso analisar o que se configura uma perseguição religiosa e o local que o cristianismo se encontra.

A perseguição religiosa pressupõe ameaça a direitos de expressão e culto religioso (liberdade religiosa) e de ataque físico e simbólico a templos, igrejas, pessoas e até mesmo sua morte. No Brasil, é inexistente a ameaça e/ou ataque à maioria histórica, demográfica e simbólica, que é a comunidade cristã, portanto, a narrativa parlamentar cristã é construída com base em um sentimento de perseguição fictício. [...] O Cristianismo é a matriz cultural brasileira que orienta o código de costumes e inspira o horizonte jurídico, impregnando a visão jurídica dos direitos fundamentais garantidos por lei na Constituição de 1988. Deduz-se, então, que a retórica cristofóbica dos representantes religiosos mais esconde uma supremacia religiosa assentada na noção de nação cristã – outrora nação católica deslocada com a perda da hegemonia política do Catolicismo –, do que revela um clima de confronto religioso com movimentos pró-direitos da sociedade civil. (Reis. *et al.*, 2023, p. 183-184).

O cristianismo, durante toda a história do Brasil, galgou privilégios. O país foi colonizado por católicos, tornando-se a religião oficial, fomentou uma linguagem de civilização, excluindo outras manifestações religiosas e culturais, diversos missionários protestantes históricos e pentecostais chegaram ao Brasil entre o século XIX e XX, a partir da década de 1930 foi possível ver a participação de evangélicos, de famílias de nobres e de grandes elites, na política, facilidades para abertura de igrejas, símbolos religiosos em espaços públicos etc. É preciso estar atento à construção e uso dos conceitos ao se referir às questões religiosas e políticas no Brasil (Valle, 2021).

3.3. Em defesa da família, da moral e dos bons costumes

Como principal articulação, os discursos morais e comportamentais são enfatizados, constantemente, pelos parlamentares, pois produz, através do medo, controle social e forma mentalidades. A crença na secularização da sociedade conduz o eleitorado cristão a manter e/ou eleger políticos que estejam de acordo com essa perspectiva moral, pois acreditam que o

⁷ “Qual seja, a negação da violência e da intolerância com o ‘outro’, aquele que é diverso, a partir de um ‘verniz’ que justifica a dominação, e até a elogio, ao mesmo tempo que encobre e minimiza” (Schwarcz, 2019, p. 210).

espaço público é um caminho para a defesa da fé, de Deus, da moral, dos bons costumes e da família⁸.

Em 2018, o deputado federal Eros Biondini (PL-MG), que se identifica como católico, estava no Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e declarou apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, utilizando-se de um discurso religioso para afirmar que o candidato à presidência foi escolhido por Deus. Em 2010, o lado conservador da Igreja Católica, entre lideranças religiosas e políticas, foi contrário a Dilma Rousseff, reforçando as questões morais e comportamentais. “Essa passou a ser classificada pelos opositores católicos como ‘atéia’, ‘a favor do aborto’, ‘responsável pela concessão de privilégios a grupos homossexuais’ e por ‘representar risco de implantar uma legislação liberal sobre Direitos Humanos no Brasil’” (Andrade; Sofiati, 2015, p. 59).

Corroborando com os discursos católicos, os evangélicos também reforçam estas pautas no campo político. Em 2013, em entrevista à Carta Capital, o pastor e Deputado Federal Roberto de Lucena, afirmou:

Hoje, homofobia é discordar da agenda homoafetiva e do movimento LGBT. Isso é preocupante. Para mim, homofóbico é quem incita a violência, discrimina, ridiculariza e agride em função de sua intolerância. Se for entender como homofóbico quem discorda conceitualmente, estamos vendo na contrapartida uma crescente heterofobia. O que vemos não é o investimento na cultura da tolerância, mas na intolerância e discriminação. Quem não pensa como o movimento LGBT é de uma subcultura, uma subclasse. Por outro lado, vejo o crescente preconceito e intolerância contra os evangélicos. Houve um tempo em que éramos perseguidos, mortos e nossos líderes presos. Essa igreja tão vítima do preconceito não é um segmento intolerante (CARTACAPITAL, 2013).

No mesmo caminho, o parlamentar e evangélico Nikolas Ferreira (PL-MG), em 08 de março de 2023, Dia Internacional das Mulheres, realizou uma ação transfóbica ao discursar com uma peruca na Câmara. O deputado afirmou que as “mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres” (CARTACAPITAL, 2023). Atitudes e falas como essas são normalizadas por meio da defesa da família e contrariedade à “ideologia de gênero”. Ao invés de compreender as mudanças sociais e de gênero - em seu tempo, espaço, política e economia - a direita cristã promove violências que são justificadas através da moral cristã e que se concretizam em ações políticas.

⁸ “No contexto atual, a unidade da bancada evangélica acontece mais frequentemente na defesa dos valores da chamada ‘família tradicional’ ou ‘natural’ contra a legalização do aborto, contra a legalização das drogas e contra a defesa de pautas favoráveis à comunidade LGBT, especialmente no que tange ao direito de pessoas do mesmo sexo se casarem e poderem se tornar pais e mães adotivos de crianças órfãs. E apesar de suas diferenças históricas, a força da bancada se amplia na medida em que católicos conservadores e evangélicos unem forças em defesa de suas visões da ‘moral e dos bons costumes’” (Spyer, 2020).

Sua estratégia é moralizar essas transformações, apresentando-as como decadência e desintegração. [...] As famílias mudaram profundamente por uma série de razões: queda na taxa de natalidade, casamentos que ocorrem mais tarde e duram menos, idade em média mais tardia em que se tem filhos, participação maior das mulheres nas relações de trabalho remunerado, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo promoveu a desregulamentação das relações de trabalho e ampliou-se a informalidade, com menos garantias sociais (Cunha; Paula, 2023, p. 22-23).

Os conceitos são construídos a partir de um contexto histórico e podem ser utilizados com fins políticos, sendo preciso a contextualização dos termos, com o objetivo de realizar análise do discurso (Barros, 2022). A fim de alcançar os seus interesses, a direita cristã legitima a violência e ameaça os direitos de grupos marginalizados (mulheres, negros, LGBTQIAPN+, indígenas etc.), por meio da representação da cristofobia, defesa da moral, da família e dos bons costumes, visto que são articulações que se definem em ideais construídos como universais e padrão (Valle 2021). Diante da fundamentação, histórica e social, do cristianismo, qualquer ideologia, credo ou comportamento que realize uma crítica ou esteja em desacordo com esta religião, será definido como negativa e ameaça (Guadalupe; Carranza, 2020). Esta representação religiosa, universal e ocidental, sustenta-se na imagem popularizada de um perigo sempre iminente, como alerta ao cristianismo, que faz com que o campo religioso contemple o campo político-social. Logo, a política se tornou uma disputa entre “bem e mal” e “Deus e o diabo” (Reis, et al., 2023).

Diante disso, quanto se trata de políticas públicas e dos direitos humanos, a fim de favorecer grupos excluídos da sociedade, a direita cristã se coloca contra.

Os parlamentares da bancada evangélica via de regra não se mobilizam para combater a corrupção, para defender projetos para melhorar as condições de saúde e educação no país, e desprezam perspectivas sociológicas ou até cristãs sobre violência para defender a repressão policial e o encarceramento como meios para resolver o problema da violência urbana. Parlamentares dessa bancada também não se preocupam com temas como invasão de terras indígenas, aquecimento global ou trabalho escravo, e se aproximam da perspectiva mais elitista da sociedade para resolver questões sociais. E – o que é muito delicado – vêm impondo sua presença junto ao MEC no sentido de influenciar as políticas educacionais a partir de valores cristãos referentes, por exemplo, pautas sobre sexualidade e sobre a evolução das espécies (Spyer, 2020).

A deputada federal e católica Chris Tonietto (PL-RJ), eleita em 2019 pelo Partido Social Liberal (PSL), afirmou, na época, que as discussões em relação a Amazônia foi um mecanismo “para desmoralizar o governo [Bolsonaro]” (Alves, 2019), justifica a rejeição das pautas ambientalistas ao defini-las como ideológicas e acrescenta o seguinte:

A gente está vivendo uma inversão de valores tamanha, que eu tomo muito cuidado porque, na verdade, o meio ambiente deve servir ao homem. O homem é a coroa da criação, é a obra-prima mais perfeita de Deus (...), então ele precisa respeitar, preservar o ambiente, sim, mas o meio ambiente também não pode ser tratado como se fosse Deus (Alves, 2019).

Compreendemos que os interesses da direita cristã, no campo político, são alcançados através de uma justificativa religiosa moral. Assim, grupos e instituições religiosas são beneficiados, facilidades são concedidas a bancadas que favorecem empresários e a invasão de território indígena, cortes na educação, retirada de direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+ etc., são exemplos da busca pela permanência destes parlamentares e da concretização, em ações políticas, dos discursos representados pela ala conservadora e cristã no Câmara dos Deputados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a direita cristã marque, de forma majoritária, os ideais dos fiéis e parlamentares católicos e evangélicos, é relevante destacar que o cristianismo e a política não são homogêneos. Assim, outras correntes também se fazem presentes na sociedade e no Congresso Nacional, as quais acreditamos ser necessário a análise científica. Estudar estes grupos religiosos atravessa diversos campos ideológicos entre direita e esquerda.

Assim, diante da discussão que abordamos, é fundamental destacar que o discurso religioso pode ser uma ferramenta para fins políticos, ao favorecer grupos que estejam de acordo com determinada ideologia. Neste caso, analisamos a formação da direita cristã, presente na Câmara dos Deputados entre a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e a Frente Parlamentar Católica (FPC), ciente que estas correntes do cristianismo são próximas desde a década de 1980, com a formação da bancada evangélica.

Em suma, apesar das discordâncias teológicas, confessionais e litúrgicas, a narrativa moral e comportamental aproximou católicos e evangélicos, ao acreditar que o campo político é uma área que deve ser ocupada pelos religiosos cristãos, a fim de defender a cosmovisão desta religião, postulada como a verdade universal, padrão e libertadora. Assim, é possível observar como os parlamentares e o eleitorado cristão conservador se consolidam por meio dos conceitos e narrativas políticas-religiosas.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Leticia. ‘*O meio ambiente não pode ser tratado como se fosse Deus*’, diz Chris Tonietto. Poder 360, 31 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/o-meio-ambiente-nao-pode-ser-tratado-como-se-fo-sse-deus-diz-chris-tonietto/>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

ANDRADE, Pericles; SOFIATI, Flávio Munhoz. “Acordo canção nova!”: conservadores católicos e eleições presidenciais em 2010. In: BRANDÃO, Sylvana; CABRAL, Newton Darwin de Andrade (Orgs.). *História das religiões no Brasil (volume 7)* - Recife: Aip - Associação da Imprensa de Pernambuco; Carpe Diem Edições e Produções, 2015.

AQUILO, Mariah; BORGES, Rebeca. *Líder da bancada evangélica*: “Brasil vive igrejafofia e bibliofobia”. Metrôpoles, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/lider-da-bancada-evangelica-brasil-vive-igrejafofia-e-bibliofobia#google_vignette>. Acesso em: 05 de dez. 2024.

ATIVIDADE LEGISLATIVA. *Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana* – Legislação. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/conselhos/-/conselho/fpc/legislacao>>. Acesso em: 08 de dez de 2024.

BARROS, José D’Assunção. *Os conceitos*: seus usos nas ciências humanas. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BARROS, Thomás Zicman de. *Do que falamos quando falamos de populismo*. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARTACAPITAL. “*Bancada evangélica não discute só sexualidade, nem é intolerante*”. diz deputado. Carta Capital, 09 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bancada-evangelica-nao-discute-so-sexualidade-nem-e-intolerante-diz-deputado/>>. Acesso em: 03 nov. 2024.

CÂMARA. *Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional*. Câmara, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2275289>. Acesso em: 02 de nov. 2024.

CARTACAPITAL. No Dia da Mulher, Nikolas Ferreira põe peruca e faz discurso transfóbico na Câmara. Carta Capital, 08 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/no-dia-da-mulher-nikolas-ferreira-poe-peruca-e-faz-discurso-transfobico-na-camara/>>. Acesso em: 05 dez. 2024.

CUNHA, Christina Vital da; PAULA, Marilene (Orgs.). *Religião, democracia e a extrema direita*. -- Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023.

DE ALMEIDA, Fabio Py Murta; DE FREITAS REIS, Marcos Vinícios. *Católicos e evangélicos na política brasileira*. Estudos de religião, v. 29, n. 2, p. 135-161, 2015.

DE SOUSA JUNIOR, JP. *O processo de Restauração Católica no Brasil na Primeira República*. Fato & Versões-Revista de História, v. 7, n. 14, 2015.

Fé. Congregação para doutrina da Fé. Nota doutrinal sobre algumas relativas a participação e comportamento dos católicos na vida política. 2024. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20021124_politica_po.html. Acesso em: 08 de Dez de 2024

CÂMARA. *Frentes parlamentares*. Câmara dos deputados. 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>>. Acesso em: 08 de dez de 2024.

GUADALUPE, José Luis Pères; CARRANZA, Brenda (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

ISER. *Pesquisa do Iser levanta mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados*. ISER, 12 dez. 2022. Disponível em:

<<https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. *A política evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)*. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, São Paulo, Brasil, v. 29, n. 2, p. 187–213, 2017. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.110052. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/110052>> Acesso em: 3 de Dez. 2024.

PIERUCCI, Flávio Antônio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. - São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

REIS, Livia. *et al. Dicionário para entender o campo religioso: volume 1*. - Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Estudos da Religião, 2023.

REIS, Livia. *et al. Um mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados*. Nexo Jornal, 28 dez. 2023. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opinio/2023/um-mapa-da-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-empossados>>. Acesso em: 22 de nov. 2024.

REICH, E. E. A distinção das classes sociais segundo o conceito de capital cultural em bourdieu, e a teoria da classe de lazer de thorstein veblen. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, [S. l.], n. 15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/11491>. Acesso em: 8 dez. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus: Quem são os evangélicos e porque eles importam*. - São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TREVISAN, Janine. *A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro*. Numen, v. 16, n. 1, 2013.

VALLE, Thaís Chianca Bessa Ribeiro do. Quantos Brasís cabem em um Brasil? Uma denúncia à fantasia contida no discurso de perseguição cristã no Brasil IN: SILVA, Drance Elias da; BARBALHO, José Ivamilson Silva (Orgs.). *Em defesa dos pobres: espiritualidade, justiça e libertação*. - Recife: Edupe, 2021.

VARGAS, Alex L. B. *et al.* *O discurso político de Bolsonaro: Cidadãos de bem, segurança e moral*. Diplomatie, 10 set. 2018. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-discurso-politico-de-bolsonaro-cidadaos-de-bem-seguranca-e-moral/>>. Acesso em: 28 de nov. 2024.